



O 25 de Novembro de 1975*

General Alexandre de Sousa Pinto**

Antecedentes

Regressado da Guiné em 29 de Setembro de 1974 caí em Lisboa ainda de madrugada, em pleno rescaldo de uma outra data memorável do chamado PREC (Processo Revolucionário Em Curso) – o 28 de Setembro de 1974 – a manifestação da maioria silenciosa que determinou a definitiva transformação do golpe de estado de 25 de Abril em uma revolução de cariz comunista. Apercebi-me de que qualquer coisa se passava quando o táxi que

tomara em Lisboa (aeroporto de Figo Maduro) para me levar a casa dos meus sogros em Paço de Arcos, onde a minha Mulher e os meus Filhos estavam instalados, e ao chegarmos à zona do Estado Nacional onde então acabava a autoestrada, fomos mandados parar por um grupo de marinheiros fuzileiros e civis todos armados e começaram a exigir ao motorista informações sobre o destino e a finalidade da viagem. A decisão da minha

vinda no avião militar daquele dia foi tomada à última da hora embarcando, tal como estava, fardado com farda de serviço interno e sem que eu tivesse tempo sequer para avisar a família da minha chegada. Desconhecendo completamente a existência da dita manifestação e a oposição que os «progressistas» lhe faziam não me passava pela cabeça que aquilo fosse possível e imediatamente interrompi o motorista dirigindo-me aos marinheiros presentes esclarecendo-os que não admitia tais atitudes. A farda com galões de capitão e o ar com que a eles me dirigi devem tê-los convencido que estava ali alguém com capacidade de decisão, talvez um capitão do MFA e imediatamente fizeram recuar toda a gente e deram ordem ao motorista para seguir viagem. Depois de ultrapassados, o motorista virou-se ligeiramente para trás dizendo-me com ar satisfeito: *afinal ainda há neste país alguém que manda*. Só depois de entrar em casa percebi no que tinha estado metido e o que se estava vivendo. No dia seguinte, espantado e preocupado, assisti na televisão à declaração do General Spínola anunciando a sua demissão de Presidente da República por considerar esgotadas as suas próprias diligências para que o País seguisse o rumo de uma democracia ocidental.



A presença de forças militares nas ruas de Lisboa - 25 de Novembro de 1975.



Os militares quando terminavam as comissões no Ultramar para que tinham sido nomeados tinham direito ao gozo de alguns dias de licença. Na Guiné eu tinha trabalhado muito de perto com o governador e comandante-chefe, Brig Carlos Fabião, que tinha feito um notável trabalho para a transição de poder entre as Nossas Forças e as do PAIGC. Ainda durante o período de férias recebo um telefonema da Guiné em que o Brig Fabião me informava que tinha sido nomeado, ainda pelo Gen Spínola, para CEME, cargo de que tomaria posse logo que regressasse a Lisboa na primeira quinzena de Outubro, e que me queria com ele como ajudante-de-campo pelo que me pedia que me apresentasse no EME para, de imediato, entrar em funções e não me

apresentasse no RPM, na Ajuda, como estava previsto. E assim comecei imediatamente a preparar-me e a preparar-lhe o caminho para, logo que se apresentasse o que aconteceu, julgo, que a 14 de Outubro. Entre esta data e 25 de Novembro de 1975 acompanhei o Gen Fabião em todas as suas actividades como CEME e membro da JSN e ainda, mais tarde, como membro do Conselho da Revolução. Fabião reuniu consigo um grupo de oficiais que com ele tinham trabalhado na Guiné formando, assim, uma equipa coesa e em que todos se conheciam bem. Assisti a todas as reuniões da Assembleia do Exército de que inicialmente fazia parte por direito próprio, como membro da Comissão do MFA da Guiné, e depois do 11 de Março de 1975 (outra data importante do PREC), apenas como ajudante do CEME, sem direito a intervir portanto, pois passaram a ser membros apenas os oficiais eleitos pelas respectivas unidades.

Nos finais de Fevereiro de 1975 a 5ª Divisão do EMGFA (SDCI?) informou o Gen Fabião que convinha passar por lá pois tinham informações importantes confidenciais para lhe transmitir. Eu acompanhei-o ao edifício do Grão-Pará na Rua Castilho e ali assisti então a uma reunião em que se falou das informações que tinham sido recebidas de diversos serviços secretos estrangeiros, nomeadamente de Espanha, sobre a possibilidade de se estar a tramar um golpe contra revolucionário das forças de direita, capitaneado pelo general Spínola, com base na reacção a uma imaginada matança da Páscoa. Os pormenores eram muitos e todos eles vi reproduzidos com exatidão no seguinte dia 11 de Março, em que todos assistimos aos aviões que sobrevoaram o RALIS e aos paraquedistas que para ele avançavam mas que depararam com uma legião de jornalistas e operadores de tv que, devidamente alertados, ali se encontravam como por puro acaso. Tudo me leva a crer que se tratou na realidade de uma operação muitíssimo bem planeada em que os ditos spinolistas caíram; lembro-me, por exemplo, que o golpe foi atribuído a Spínola mas sei que este foi arrancado da cama para ser levado para Tancos sem que antes tivesse ouvido falar na dita matança. Penso ainda hoje que se tratou de um golpe magistral da esquerda para liquidar a direita. É a partir daqui que as máscaras caíram e ninguém teve dúvidas que se estava a tentar levar Portugal para uma ditadura do proletariado ou, no mínimo, para um socialismo comunista. Este facto teve a vantagem de se ficar com a ideia de que seria necessário conseguir o inverso, estarmos bem preparados para, numa saída que mais tarde ou mais cedo a esquerda tentaria, lhe podermos, com eficácia, fazer frente.

A primeira tentativa dos «vencedores» foi adiar *sine die* as eleições para a Assembleia Constitucional, marcada para 11 de Abril de 2025, um mês mais tarde. Na noite do

próprio dia 11 realizou-se uma designada «Assembleia Selvagem» a que compareceram oficiais, sargentos e praças, alguns armados, que dela não faziam parte e na qual se exigia a pena de morte na forca para os elementos considerados culpados do golpe contra revolucionário. Na mesa sentava-se o PR, Gen Costa Gomes, que presidia, e outros elementos da Comissão do MFA. Lembro as discussões acaloradíssimas que se desenvolveram até altas horas da madrugada, discussões que estiveram muito próximas de vias de facto, nomeadamente entre o Vasco Lourenço, moderado, e o Cor Art Varela Gomes, membro comunista da já referida 5ª Divisão do EMGFA. Nesta reunião conseguiu-se calar os partidários da condenação à morte dos autores do golpe e manter sem alteração a data das eleições mas, em contrapartida, dela saiu a decisão de nacionalizar a banca e os seguros, de institucionalizar o MFA e de criar um Conselho da Revolução que passava a ser o decisor ao mais alto nível militar e político. A data de 11 de Março de 1975 parecia ser o início de uma República Democrática do tipo das «democracias» de Cuba, da Alemanha Oriental e de tantas outras. No entanto, os resultados das eleições deram um forte alento á fortíssima percentagem de democratas (cerca de 80%) face à diminuta percentagem dos progressistas (12% do PCP e 4 a 5% da extrema esquerda). Percebeu-se então porque os progressistas não queriam as eleições e eram seguidos pela diminuta percentagem de militares que com eles alinhavam .



General Alexandre de Sousa Pinto a proferir a conferência "O 25 de Novembro de 1975"

• • •

Entretanto os que rodeavam o Gen Fabião e que com ele tinham trabalhado na Guiné começaram a estranhar algumas das posições que ia tomando e que nos pareciam completamente anti natura. Conhecendo-o bem, decidimos abordá-lo questionando o que se passava e dizendo-lhe que nos parecia estar a sofrer qualquer

chantagem que o obrigava a dizer ou fazer o que nos pareciam actos de outro que não ele. Queríamos saber de onde partia essa chantagem para procurarmos resolver a questão. Sempre respondeu que estávamos equivocados e que aceitava poder ter cometido alguns erros mas que continuava a ser o mesmo militar e o mesmo homem.

Com o passar do tempo, no entanto, tais situações não só aumentaram como se tornaram por vezes bastante graves em nossa opinião.

Estas situações iam surgindo enquanto no País, nomeadamente em Lisboa, iam sucedendo diariamente as mais impensáveis atitudes de militares e civis denunciando uma completa anarquia na ausência de quem as impedisse ou, até, por vezes, instigadas por quem as devia impedir.

Assim, se foram as águas separando no campo militar. Surgem os conselheiros da revolução ditos moderados em oposição aos ditos progressistas. O Fabião que conhecíamos devia estar do lado dos moderados, no entanto, várias vezes ficou do lado dos progressistas o que me levou a escrever-lhe uma carta, fazendo um resumo dos acontecimentos e dizendo-lhe expressamente que «... *Nestas condições penso, meu general, não dever continuar a ser seu ajudante-de-campo...*» a qual não mereceu resposta até que, logo a 27, escrevi nova carta analisando o que se passara no Conselho do Exército do dia 24 e na Assembleia do MFA de 25 e as posições que, em ambas as ocasiões, foram defendidas pelo CEME, carta essa onde terminava dizendo que « *peço ao meu general que dispense os meus serviços como seu ajudante-de-campo e me autorize a entrar no gozo de licença disciplinar para poder reflectir em tudo isto*», obtendo como reacção do CEME o dizer-me que eu estava perturbado e, por isso, me dispensava durante uns tempos para depois me apresentar de novo ao serviço. Fui para o Porto, levando comigo exemplares do chamado «Documento dos Nove» com a missão de os fazer chegar às unidades do Norte, ainda antes de ele ver a luz da ribalta em 7 de Agosto.

Instalando-me em casa dos meus pais, para ali convoquei elementos das ditas unidades e pedi ao então comandante da PSP do Porto – Maj Artur da Mota Freitas – que discretamente montasse uma segurança à casa no decorrer das várias reuniões que lá tiveram lugar e às quais compareceu, vindo expressamente de Lisboa, um dos «nove», o Cap Sousa e Castro, membro do Conselho da Revolução e presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Destas reuniões resultaram não só o conhecimento do completo apoio das unidades do Norte aos «Nove» mas também a decisão de, em data previamente combinada, todas as unidades declararem que se recusavam a obedecer ao comandante da RMN,

Brig Eurico Corvacho, membro destacado dos progressistas e, ao que parece, do PCP, para passarem à dependência do comandante da RMC, outro dos «Nove», o Brig Franco Xarais. O Brig Corvacho passava, assim, a ter na sua dependência o QG e alguns Órgãos dos Serviços, pois em termos operacionais nada lhe restava para executar fosse que acção fosse, situação que se manteve até, mais tarde, ser exonerado da função e substituído pelo Brig Pires Veloso.



Assistência no Auditório do Centro da Juventude de Braga.



Quando regresssei a Lisboa e me apresentei, o CEME recusou dispensar os meus serviços, o que só consigo perceber pela vontade que tinha de continuar rodeado por aqueles que sempre o tinham ajudado e que lhe permitiam continuar a pensar ser o Fabião moderado que fora e que agora parecia ter deixado de ser. Eu, pelo meu lado deixei-me de ter cuidado com o que dizia e fazia na sua frente e, por vezes, na frente de terceiros, isto é, mostrava-me declaradamente do outro lado da barricada, mantendo contactos estreitos com o grupo moderado.

Entretanto, em semi-clandestinidade, um grupo de oficiais preparava a reacção militar para quando algum incidente justificasse uma intervenção militar para restaurar os princípios do exercício da autoridade legítima e, assim, devolver o caminho para uma democracia ocidental à normalidade institucional. Este grupo, depois designado por Grupo Militar, em ligação com o Grupo Político, baseado nos «Nove», era constituído por oficiais prestigiados como Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Garcia dos Santos, Rocha Vieira, Monteiro Pereira, Gabriel Teixeira, Loureiro dos Santos, Silvestre Martins, José Pimentel e José Barroco tendo ainda a colaboração de outros como Jaime Neves (RCmds), Sousa e Castro (CEP), Pinto Ramalho, Pezarat Correia (RMS), Franco Xarais (RMC) e Pires Veloso (RMN). Numa reunião entre os dois grupos em Julho de 1975 foi decidido que Ramalho Eanes seria o

coordenador do Grupo Militar. Um grupo mais restrito é encarregado de elaborar o Plano de Operações o que se fez em múltiplas reuniões a última das quais na própria noite de 24/25 de Novembro.

Marco importante foi também a manifestação organizada pelo PS de Mário Soares na Fonte Luminosa (Alameda de D. Afonso Henriques) em 19 de Junho com a presença de duas a três centenas de milhares de pessoas, demonstrando que mesmo na mobilização de rua era possível igualar ou largamente ultrapassar o PCP. Com tudo isto em movimento, numa reunião da Assembleia do MFA realizada em Tancos, é posto em causa o Vasco Gonçalves, primeiro ministro, dando-lhe por alternativa a chefia do EMGFA ou a Direcção do IAEM, fechado desde o 25 de Abril mas que se pretendia reabrir. Mantendo-se acesa a oposição, é o próprio que, face à situação, declara ir para casa.

Cai o governo. Em 19 de Setembro é nomeado primeiro ministro o até então CEMA, Almirante Pinheiro de Azevedo, que forma um novo governo, mais moderado mas ainda com membros do PCP. Esta vitória da direita, mesmo pífia, é fortemente contestada pela esquerda que monta um cerco ao Palácio de S. Bento, onde funcionava a Assembleia Constituinte, impedindo os deputados de sair durante dois dias, com excepção, já a desoras, dos que ali representavam o PCP. Pinheiro de Azevedo declara que «está farto porque não gosto de ser detido», anunciando que o governo entra em greve até que a legalidade esteja reposta. É chamado o RCmds para acabar com o cerco o que ele cumpre com grande facilidade verificando-se até que uma frente constituída por deficientes contra a qual o pessoal Cmndo avançou, antes que estes a atingissem, os deficientes largaram as cadeiras de rodas e fugiram a bom fugir correndo desalmadamente à frente dos elementos dos comandos. Tudo isto hoje parece hilariante mas, na altura, nada era para rir. Pensou-se então na «comuna de Lisboa» seguindo os deputados, o governo e outras autoridade para o Norte, considerando-se que a partir de Rio Maior estariam reunidas as condições para se poder cumprir o que a cada um competia fazer. Não foi necessário fazê-lo.

Dois episódios vem a propósito lembrá-los agora. O primeiro sucedeu quando o Gen Costa Gomes foi em visita de Estado a vários países da Cortina de Ferro, ficando o Almirante Pinheiro de Azevedo interinamente como PR e o Gen Fabião como CEMGFA. As forças políticas mais à direita organizaram no Porto uma manifestação dita apartidária de apoio à democracia ocidental que se pretendia e convidaram para a ela presidir o Alm Pinheiro de Azevedo que, de imediato, aceitou mas que desafiou o Gen Fabião a com ele comparecer. Fomos para o Porto ao início da tarde em avião militar e, de Pedras Rubras, seguimos directos para

a Câmara Municipal, onde fomos recebidos pelo Governador Civil e pelo Administrador da Câmara mas também pelos chefes dos partidos PS (Mário Soares), PPD (Sá Carneiro) e CDS (Freitas do Amaral). Frente à Câmara, toda a Av. dos Aliados estava repleta, afirmando-se estarem ali reunidos um milhão de pessoas, realmente sem cartazes partidários. Quando convidados a dirigirmo-nos às varandas levantou-se a questão de que se a manifestação era apartidária os chefes dos partidos não deveriam aparecer. O Almirante defendia a sua presença e o General recusava essa possibilidade; para não prolongar a discussão os três chefes partidários aceitaram ficar nos passos perdidos da Câmara. Não sei como, talvez propositadamente, toda a discussão fora transmitida pelos altifalantes e ouvida pela multidão. Chegados à varanda levantou-se um coro de um milhão de pessoas a assobiarem não se conseguindo calá-las até que o Almirante deu ordem para os políticos avançarem para a varanda, só então se calando os assobios. Próximo de mim encontrava-se o meu camarada de curso e bom amigo, Cap D. Luís Pereira Coutinho que era o comandante do EPM do Norte; perguntei-lhe se tinha gente suficiente para, à saída, proteger o carro do Fabião porque admitia que o insultassem e tivessem outras atitudes mais vigorosas. A porta principal da CMP dá para uma plataforma com acesso por duas rampas. Os carros para as entidades subiam por um lado e desciam pelo outro; no primeiro carro seguiu o Almirante com o seu ajudante e o Governador Civil; no segundo, rodeado por PM, o Fabião comigo e o Administrador da Câmara; a multidão, concentrada no final da rampa, abriu alas para passar o carro do Almirante e, fechando-se logo, impedindo a passagem do carro do Fabião que não conseguia andar senão empurrando com cuidado a multidão que aos pontapés e murros, por entre os elementos da PM, deixaram o carro num estado deplorável. Ultrapassado o obstáculo, num silêncio sepulcral, fomos directos para Pedras Rubras e só quando, a pé, nos dirigíamos para o avião o Fabião me perguntou se tinha sido eu a mandar a PM proteger o carro, disse-lhe que sim e ele agradeceu-me, não sem que eu lhe tivesse respondido que o fizera mais para me defender a mim que não era o culpado da fúria que animara a multidão.

O segundo episódio sucede também no Porto, quando os SUV causam uma completa anarquia no Regimento da Serra do Pilar e no CICA revindicando não me lembro o quê. Pires Veloso conseguiu meter na ordem o CICA mas vendo-se em dificuldades com a Serra do Pilar pede ao CEME que lá vá falar aos militares acalmando-os. Lá fomos até ao Porto. Na Serra do Pilar perante uma turba

multa que não estava sequer em formatura o Fabião não só não ajudou Pires Veloso como terá até agravado a situação. A RMN conhecia-me desde que em minha casa se tinha trabalhado para a saída de Corvacho e a posse de Pires Veloso e faziam-me gestos e esgares para que lhes explicasse o que se passava, que não tinha explicação possível.

O PCP continha-se por não querer que fosse o que fosse pudesse impedir a independência de Angola com a entrega do território ao MPLA, movimento de cariz comunista, apoiado militarmente por Cuba que para lá enviou um contingente grande de tropas e armas. A independência prevista para a primeira quinzena de Novembro dava-nos uma certa garantia que o que quer que fosse feito esperaria por essa data para só depois ser executado.

Já na segunda quinzena vão ao EME falar com o CEME o comandante^[1] e o «mandante»^[2] do RALIS. Iam propor que no Juramento de Bandeira a realizar a 21 se usasse uma nova fórmula de juramento mais consentânea com o caminho para o socialismo que se pretendia para Portugal. O texto regulamentar era substituído por um «juro estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador» dito com o braço estendido com o punho fechado. Fabião proibiu terminantemente tal alteração. Nós tínhamos ligações com militares do Regimento e sabíamos o que por lá se fazia e se dizia pelo que avisei o Fabião que não iria ser cumprida a sua ordem. Disse-me que tinha a certeza que ela seria cumprida. No dia aprazado, quando se levantou para ir presidir à cerimónia e me avisou para o acompanhar eu recusei-me a fazê-lo dizendo-lhe que tinha dados que me garantiam que o que ele proibira ia realizar-se e eu não queria assistir à sua completa desautorização nem à vergonha do Exército Português que isso representaria; se queria ajudante sugeri-lhe que levasse o meu adjunto, o Asp Of Mil Pedro Cardoso Pinto que, muitíssimo contrariado, lá foi. Obviamente mantive-me em ligação com a minha gente no Regimento e confirmei o que tinha previsto, o juramento foi feito conforme fora proposto e fora proibido. No regresso, depois do que se tinha passado, quando o interpelei, teve a «lata» de me responder que não tinha visto bem o sucedido porque estava em contraluz. Provavelmente o sol também lhe afectara o ouvido e não ouviu o que ali, na sua frente, fora jurado. Os 170 recrutas tiveram que, após o 25 de Novembro, com Eanes como CEME, que renovar o juramento com a fórmula regulamentar porque o que fora usado naquela cerimónia foi considerado nulo e sem qualquer valor.

O 25 de Novembro de 1975

Em 24 de Novembro reuniu-se o Conselho da Revolução, reunião que se previa ser demorada e conflituosa porque da agenda fazia parte, entre outros assuntos, a exoneração de Otelo Saraiva de Carvalho da função de Comandante da Região Militar de Lisboa e a nomeação de Vasco Correia Lourenço para o substituir. Já lá para o fim da tarde fez-se um intervalo e o Otelo, conversando comigo, disse-me que se iria depois tratar da sua exoneração mas que não havia em Portugal quem tivesse força para o fazer.

Respondi-lhe que estava muito enganado porque havia muito boa gente capaz de o fazer, só não sabia se alguém dentro da sala de reunião o faria. Ora foi mesmo na sequência desse intervalo que, já noite, ele foi realmente exonerado e substituído pelo Vasco Lourenço. Penso, mas não tenho absoluta certeza, que o Fabião esteve do lado do Otelo na discussão porque também de lá saiu demitido. Não demorou muito que tal notícia fosse divulgada no exterior e tenha dado o mote para a saída de Tancos dos Para- quedistas o que, já noite feita, chegou ao Palácio de Belém. Na pesquisa de informações não se perdeu muito tempo porque elas começaram a fluir para Belém muito rapidamente.

Referi atrás que uma última reunião do grupo encarregado de elaborar o Plano de Operações, com este já pronto, estava a revê-lo quando, às primeiras horas de 25, os para-quedistas da Base Escola de Tancos tomam o Comando da 1ª Região Aérea, em Monsanto, e prendem o seu comandante e conselheiro da revolução, general Pinho Freire, que deixaram fechado no quarto mas com acesso ao telefone que lá se encontrava o que lhe permitiu, preso, contactar Belém e os seus comandos subordinados. Simultaneamente, são ocupadas por eles as bases aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo. Esta acção, que formalmente se destinava a ser a resposta à recente decisão do CEMFA, general Morais Silva, de mandar passar à disponibilidade cerca de mil dos seus camaradas da Base Escola de Tancos, ficando, assim, a Força Aérea sem poder utilizar os meios aéreos nas suas mãos; estupefactos ficaram por em nenhuma delas encontrarem, como pensavam, quaisquer aviões que, oportunamente e sem dar nas vistas, tinham recebido ordem para se deslocarem para a Base de Cortegaça em Ovar, muito a Norte, cuja segurança era garantida por forças de Pires Veloso comandante da RMN. Além dos «Paras» estavam preparadas para alinhar na sublevação, entre outras unidades, o RALIS, a EPAM, o RAC, os RIQueluz e de Abrantes, a EPA e, na Marinha, os Fuzileiros. Havia também embarcações da Armada preparadas para saírem para o mar. Tratava-se do golpe

da esquerda militar que, apoiada pela esquerda e extrema-esquerda civil, se previa estar a ser planeado para quando Angola estivesse nas mãos do MPLA.

Nessa manhã, muito cedo ainda, Ramalho Eanes convoca para o edifício do EMGFA, onde tinha um gabinete, o Grupo Militar e pedem para ser recebidos pelo PR, deslocando-se imediatamente para Belém Eanes com Rocha Vieira. Pretendiam conseguir o apoio presidencial para o Plano de Operações, legitimando a resposta à insurreição dos para-quedistas. Enquanto o PR os não recebia juntaram-se-lhes Loureiro dos Santos e José Pimentel e acabaram recebidos numa sala onde já se encontravam alguns elementos dos «Nove», entre eles Melo Antunes e Vasco Lourenço e, na cabeceira da mesa, Costa Gomes. Melo Antunes declara haver uma resposta preparada para a situação complicada em curso e passa a palavra a Eanes, que faz uma síntese dos acontecimentos e dá conta dos planos para lhes fazer frente, pondo-o a par da correlação de forças e do potencial que detinha para reagir. Melo Antunes acrescenta que já não é tempo para negociar e garante a perfeita sintonia entre o Grupo Militar e o Político. O PR dá finalmente luz verde ao Grupo Militar a assina diversas ordens para as unidades passarem à sua dependência directa como CEMGFA, retirando, assim, o comando do Exército a Fabião e do COPCON a Otelo.

Os oficiais dividem-se então pelo Regimento de Comandos na Amadora e o Palácio de Belém. No primeiro estão Eanes, Tomé Pinto, Garcia dos Santos, Monteiro Pereira, Aurélio Trindade e Firmino Miguel. No segundo ficam Vasco Lourenço, Rocha Vieira, Loureiro dos Santos, José Pimentel, Aventino Teixeira, Valença Pinto e eu próprio, que me deixei ficar não acompanhando Fabião quando este se retirara de Belém. Ia fazendo o que me pediam entre contactos com as unidades e receber os respectivos comandantes revoltosos quando estes se apresentavam em Belém à ordem do CEMGFA. Lembro alguns que, apavorados, perguntavam se os iríamos liquidar. Pensavam que os trataríamos como eles quiseram tratar os que em 11 de Março tinham tentado o golpe.

Muito em síntese, o dia 25 passa-se com a resolução das acções dos para-quedistas com os Comandos de Jaime Neves em Monsanto e outras unidades nas restantes BA e também com difusão de ordens do GEMGFA que mandavam apresentar em Belém comandantes de Unidades apoiantes dos revoltosos. Na RTP, ocupada pela EPAM, Duran Clemente fazia a apologia do socialismo e pedia o apoio popular às acções militares

das unidades revoltadas mas foi transferida a emissão para os estúdios do Porto e a prelecção foi substituída por um filme de Danny Kaye para gaudío dos assistentes. Paralelamente, conversas com partidos políticos iam dando conta do que era possível fazer-se para que a população civil nos apoiasse ou, no caso do PCP, eles não apoiassem, como estava planeado, os revoltados, o que se foi conseguindo. No RPM, no RALIS, na EPAM e no COPCON, mais renitentes, fizeram-se plenários para decidir se cumpriam ou não as ordens do CEMGFA. Na manhã de 26 o RPM continuava irredutível e tinha barricado a calçada da Ajuda, pelo que foi dada ordem ao RCmds para avançar a fim de impor a rendição da PM. Com Jaime Neves no comando, a coluna é atacada a partir do RC7 e do RPM, unidades da calçada situadas frente a frente, matando dois elementos dos comandos e estes reagem, morrendo um alferes da EPAM que lá se encontrava em solidariedade com o RPM, cujo comando percebe que não tem força para a defesa e rende-se, recebendo ordens para a equipa de comando, Campos Andrada, Mário Tomé e Cuco Rosa se apresentarem ao CEMGFA no Palácio de Belém, onde eu próprio os recebi e encaminhei. Costa Gomes manda que Jaime Neves ali se apresente também pois quer conhecer os pormenores da acção acabada de executar.



Elementos da Comissão para a Comemoração do 50.º aniversário do 25 de Novembro de 1975.

• • •

Durante a tarde fui contactado, não me lembro por quem mas penso que talvez por Rocha Vieira, sendo informado que devia apresentar-me no RCmds, na Amadora, ao TCor Ramalho Eanes. Não sabia ao que ia, tanto mais que sabia bem quem era Ramalho Eanes mas nunca me tinha cruzado com ele em parte alguma; ele era de Infantaria, eu de Cavalaria, não tínhamos estado simultaneamente em funções com contactos próximos; a comissão de Eanes na Guiné tinha terminado

exactamente quando a minha começou. Frente a frente, foi-me dito que o PR/CEMGFA o tinha nomeado para CEME e que queria ter-me como ajudante-de-campo. Fiquei siderado! Que responder? Argumentei que não nos conhecíamos um ao outro, que tinha acabado de exercer a função com o CEME demitido e seria estranho continuar agora com o que o ia substituir, além de que eu era tido como demasiado frontal e ele não poderia contar comigo para lhe dar *améns* mas para lhe dar sempre e apenas a minha opinião quando pedida. Retorquiu-me que tinha sobre mim todas as informações de que precisava e que a minha frontalidade e certa irreverência era exactamente o que queria que o seu ajudante-de-campo tivesse. Fiquei sem argumentos, aceitei e julgo que as coisas correram bem pois me levou com ele para a Presidência da República quando em Abril de 76 foi eleito.

Pelas 20 horas, Rocha Vieira e Loureiro dos Santos fazem um ponto da situação ao Conselho da Revolução; Costa Gomes parece satisfeito por tudo ter corrido e acabado bem, mas é por eles alertado para o facto de que os para-quedistas ainda não se renderam e era preciso continuar. Ao cair da noite, na TV, Melo Antunes fez uma declaração política em que afirmou que «a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável», afirmação que fez quase cair o Carmo e a Trindade mas que provavelmente terá sido a responsável por acalmar os ânimos do PCP, exaltados pela derrota, evitando o que poderia vir a ser uma guerra civil. Foi possível a 27, através de um encontro de uma delegação da Base Escola de Para-quedistas com o PR e o CEMFA, encontrar os termos para a normalização da situação sem mais acções militares nem derramamento de sangue.

Nos dias seguintes, o EME teve oportunidade de ouvir e conhecer as directivas do novo CEME que, imediatamente e em muito curto prazo, o tornou e a todo o Exército naquilo que sempre fora e que durante ano e meio tinha sido completamente esquecido. O número de detenções foi diminuto e atingiu essencialmente os militares no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar. Os que tinham sido presos em 11 de Março e ainda estavam presos sem culpa formada, foram libertados.

Não resisto a relatar um outro episódio deste período. Um tenente coronel libertado do Forte de Caxias foi a casa, fardou-se, dirigiu-se ao EME e pediu para ser recebido pelo CEME, à disposição de quem queria pôr-se a partir daquele momento. Recebido, ficou à conversa durante algum tempo e eu fui chamado sendo-me dito para o acompanhar ao bar para lhe oferecer um café. No EME, a meio da manhã, havia um pequeno intervalo que era aproveitado por militares e civis para beber ou comer qualquer coisa. Quando cheguei ao Bar ele estava com

bastante movimento, abri a porta para o Tenente Coronel passar e um brigadeiro que estava ao balcão, vendo quem entrava, avançou para ele de braços abertos e com palavras de grande satisfação; o TCor ficou estático e limitou-se a dizer que não falava a filhos da p...(SIC). O brigadeiro era o coronel comandante do RIQueluz e o primeiro assinante da petição que pedia a força para os alegados responsáveis pelo 11 de Março. O

silêncio que se fez naquele bar foi sepulcral e o brigadeiro saiu cabisbaixo enquanto o Tenente Coronel bebia o seu café e era felicitado por quantos ali estavam e o admiravam.

O regresso à normalidade democrática demorou ainda algum tempo mas começou verdadeiramente em 25 de Novembro de 1975.



* Conferência proferida no âmbito das comemorações do 50.º aniversário do 25 de novembro de 1975.

** Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.